

FOLHA INFORMATIVA

www.conquistasdarevolucao.blogspot.com



ASSOCIAÇÃO
**CONQUISTAS
DA REVOLUÇÃO**

Nº 33 . ABRIL . 2023

ALIANÇA POVO-MFA

Saiu agora a coletânea das comemorações do centenário do General Vasco Gonçalves.

É preciso promovê-la e valorizar a obra corajosa e ética do General Vasco Gonçalves. Recordar e afirmar a precisão e a capacidade com que sempre respondeu em apelo à aliança Povo-MFA, nos momentos difíceis dos seus mandatos como Primeiro-Ministro dos quatro governos mais importantes da Revolução de 25 de Abril de 1974.

Con. Pág. 2 →

REVOLUÇÃO

Temos de ganhar novos companheiros para associados e dirigentes futuros da Associação Conquistas da Revolução, na perspectiva fundamental e decisiva de defender e reforçar a aliança Povo-MFA que aí continua a unir militares e civis e que foi sempre a sua resposta para avançar nas conquistas da Revolução.

Liberdades, trabalho com direitos, saúde, educação, cultura, habitação, todas as conquistas que temos de assumir face às políticas de miséria e retrocesso do governo PS de maioria absoluta cada vez mais perigosa.

Modesto Navarro

*Vice-Presidente
da Direcção da ACR*

Temos de lutar perante uma revisão da Constituição da República que a extrema-direita empurra, com forças políticas do centrão que sempre se recusaram a cumpri-la nos governos e já a mutilaram como puderam.

Temos de avançar nos combates por Abril e Maio, nas iniciativas mobilizadoras do 49º e 50º Aniversários desta Revolução que uniu e continua a unir os portugueses e se reforçará para um futuro melhor. Está nas nossas mãos resistir e combater por um país soberano e desenvolvido que o povo português merece e quer construir.

Não à miséria, sim à resistência e à coragem de enfrentar os perigos do governo absolutista e as ameaças à Paz, por um Portugal de Abril e Maio mais livre e transformador.

Para melhor podermos comunicar com os nossos associados, solicitamos àqueles que ainda o não fizeram, que nos enviem o seu e-mail para acr.secretaria@conquistasdarevolucao.pt

O vosso contributo financeiro é indispensável para a actividade da Associação!
Apelamo-vos, por isso, que puguem a vossa quota! Podem fazê-lo por transferência bancária para o **IBAN PT50 0035 2178 0002 9245 6304 6** ou por depósito para a conta da **Caixa geral de Depósitos:**

2178 0292 4563 0. Sugere-se a visita ao site

www.conquistasdarevolucao.pt e ao blogue da Associação

www.conquistasdarevolucao.blogspot.com onde são publicados os comunicados e anunciadas as iniciativas da Associação.

EDIÇÃO:

Associação Conquistas da Revolução

COORDENAÇÃO:

Modesto Navarro

E-MAIL:

acr.secretaria@conquistasdarevolucao.pt

DEPÓSITO LEGAL:

360191/13

MADRUGADA LIBERTADORA

Caros Associados

Festejamos este ano os 49 anos da madrugada libertadora do 25 de Abril de 1974.

Honra e glória aos militares de Abril que derrubaram a ditadura, aos resistentes anti-fascistas que não deram tréguas ao regime mantendo viva a esperança num Mundo melhor e ao povo trabalhador que, na Rua, em aliança com o MFA, ergueu do nada do obscurantismo e miséria reinantes, um país novo, moderno e progressista que a CRP de 1976 bem ilustra.



José Baptista Alves

*Presidente
da Direcção da ACR*

E, foi neste período revolucionário que a figura ímpar do General Vasco Gonçalves se agigantou: Primeiro-Ministro de 4 dos 6 Governos Provisórios, no período mais criativo da Revolução de Abril. Com a sua assinatura, a história regista **avanços civilizacionais** imensos: ao nível dos direitos para todos, à Cultura, ao Desporto, à Educação, à Saúde, à Igualdade, à Habitação, ao Trabalho com direitos e tantas outras medidas que de forma mais ou menos exaustiva – datadas e referenciadas aos respectivos Diários da República – se encontram plasmadas no nosso livro “Conquistas da Revolução”.

Aos que sempre apoucaram e ainda apoucam a figura do General Vasco Gonçalves, um dos nossos maiores, passados todos estes anos de XXIII Governos Constitucionais e 14 Primeiros-Ministros, desafiamos a que nos apontem, uma única medida que possa merecer o designação de “**avanço civilizacional**”, para figurar ao lado dos ilustres nomes de Suas Excelências.

Uns mais que outros figurarão na história como destruidores de algumas das mais belas conquistas de Abril, da limitação ou condicionamento de outras, para já não falar dos tristemente célebres pela alienação ao capital apátrida da capacidade produtiva nacional.

A memória de Vasco Gonçalves está nos antípodas de todos eles, por isso o ostracizaram e ostracizam. Mas é por isso também que nós não permitiremos que se esconda das novas gerações aquilo que de mais digno, corajoso e profundamente humano a Revolução de Abril nos trouxe... e que está indissociavelmente ligado à sua acção enquanto anti-fascista, militar de Abril e Primeiro-Ministro de Portugal de 17 de Julho de 1974 a 19 de Setembro de 1975.

ABRIL EDUCADOR. PARA SEMPRE.



Manuel Pires da Rocha

Em 24 de Abril de 1974 a Escola não era o lugar de todos. Porta estreita durante grande parte da sua história, a Escola só viria a conhecer o seu renascimento democrático, mesmo que ainda simbólico, nas ruas de Lisboa, a uma quinta-feira vinte e cinco, e nos dias a seguir em todo o país. Em apenas poucas horas daquele Abril ficou a descoberto a luta longa e determinada dos anti-fascistas portugueses que recusaram vidas populares de exploração, em que o analfabetismo e a baixa escolaridade não eram acaso – eram instrumento de dominação.

Muitos dos combatentes anti-fascistas eram professores: Ruy Luís Gomes, Óscar Lopes, Maria Machado, Maria Alda Nogueira, Bento de Jesus Caraça, Rómulo de Carvalho, José Afonso, Joaquim Teixeira Ribeiro, António Avelãs Nunes, são nomes de apenas alguns dos muitos que somaram braços à obra de alargamento revolucionário da tal porta estreita da Educação, então (e agora) conquista de Abril para ser lugar de todos.

Nos primeiros tempos do processo revolucionário a rede escolar era escassa para o cumprimento das tarefas revolucionárias da educação. A Revolução criou instrumentos destinados a reduzir o impacto dos muitos anos de obscurantismo, atenta

também às movimentações da contra-revolução, que já mobilizava forças. Desenvolveu-se um programa de Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica, a cargo da 5.ª Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas, em que Vasco Gonçalves e Ramiro Correia assumiram papel essencial. As Campanhas dariam corpo à Aliança Povo-MFA, devolvendo ao povo a voz que lhe tinha sido roubada pelo fascismo na discussão dos destinos, mas também na celebração dos acreditares, na expressão artística, nos modos de vida, no direito à dignidade. Com razão a contra-revolução identificaria as Campanhas do MFA como inimigo a abater, riscando a seguir a 5.ª Divisão do EMGFA dos anais da História que procurou reescrever.

Naqueles dois anos de conquistas, mobilizaram-se brigadas de jovens estudantes activistas do Movimento Alfa, munidos das sebetas do Método Paulo Freire na luta contra o analfabetismo. E, ainda antes deles, o Serviço Cívico Estudantil viria a revelar – sob o ataque da reacção – realidades como as do Plano Trabalho e Cultura, em que Michel Giacometti educaria, para o conhecimento das artes e ofícios populares, muitos jovens que ali encontraram mundo. A Escola, pelo seu lado, ampliava rede e alcance, estimulava a criação de quadros docentes, instalava o modelo de gestão democrática, saldava contas com um passado de ensino das virtudes salazaristas e de glorificação de mouzinhos-de-albuquerque que, afinal, eram carrascos.

Vale a pena visitar os lugares da História de onde vimos, perceber os avanços e

os recuos que caracterizam um tempo de luta permanente pela sobrevivência – pela reinvenção – de uma conquista de Abril que, mesmo desfigurada, permanece essencial: a Escola Pública. E vale a pena reunir os brados das lutas todas destes tempos, porque eles são do mesmo fôlego de “o povo unido jamais será vencido”, que se gritou nos dias de Abril e Maio de há quase 50 anos. É esse povo o que se envolve nas batalhas actuais no ensino superior, quando reivindica a revogação do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior, herdando, afinal, o encargo das lutas académicas de 1962 e de 1969. É esse o povo que não desiste do futuro, reclamando a valorização da investigação e dos investigadores e o cancelamento do subfinanciamento do ensino superior. É esse o povo que, nas fileiras da educação não superior, luta contra a municipalização, sai à rua pela reposição da gestão democrática, a extinção das vagas e das quotas na progressão, a renovação dos corpos docentes a partir da dignificação da carreira docente, o direito à protecção na doença, o fim da precariedade, concursos justos, a contagem integral do tempo de serviço.

Mil enganos hão-de ser lançados pelas buzinas da comunicação de massas. Mil ofensas hão-de sair dos decretos da governação contra o Trabalho. Mil arranjos hão-de ser feitos para a desventura do povo. O certo é que, quase 50 anos depois, Abril comemorado permanece o sopro de alegria que alimenta a esperança dos “ninguéns” – ano após ano uma estação da luta de classes, apontando o caminho das Conquistas. Sempre.



É URGENTE A MUDANÇA DE OPÇÕES E POLÍTICA!

Tiago Cunha

O ano de 2023 confirma o aprofundamento de uma política que promove uma brutal transferência de rendimentos do trabalho para o capital. Aumentaram as desigualdades na justa medida dos colossais lucros distribuídos por uma ínfima percentagem da população, em contraste com o empobrecimento da generalidade dos que vivem, trabalham ou trabalharam em Portugal.

O aumento da desigualdade não é uma inevitabilidade, mas antes o efeito de décadas de uma política que beneficia uma minoria e das opções políticas que acentuaram esta dinâmica ao longo do último ano.

Em 2022 a riqueza produzida no nosso país cresceu, mas quem a produz, os trabalhadores, viram o seu nível de vida ser degradado. Com salários e pensões estagnadas ou com aumentos muito insuficientes

para acompanhar a subida dos preços, a degradação das condições de vida foi a marca deixada pelo governo PS e sua maioria absoluta.

Com uma inflação galopante, que tem na sua génese o aproveitamento especulativo dos grupos monopolistas que operam em diferentes mercados, desde logo na energia, mas também na grande distribuição ou no sector financeiro, exigem-se medidas que travem a escalada dos preços e o empobrecimento que lhe vem associado. Exige-se a fixação de preços máximos que limitem os “lucros imorais” (nas palavras de António Guterres). Exige-se a aplicação de uma fiscalidade que incida sobre estes resultados. Exige-se, também, o aumento geral dos salários e das pensões.

É uma questão de opção. Com uma maioria absoluta, o Governo tem todas as condições para mitigar e mesmo travar a escalada dos preços. Impor limites máximos nos preços dos produtos energéticos,



nos preços aplicados na grande distribuição, nas taxas e comissões do sector financeiro, travar a escalada em curso. Ganham os trabalhadores e reformados, ganha o país e as micro, pequenas e médias empresas. Ganham estes, mas perdem os grandes accionistas das grandes empresas que operam nestes sectores, as tais que acumulam milhares de milhões de euros de resultados líquidos, que os distribuem sob a forma de dividendos e para as quais se dirigem, agora e nas últimas décadas, as opções políticas dos sucessivos governos.

É, também, uma questão de opção política a subida geral dos salários e pensões. A patranha usada pelo Governo de que uma subida dos salários provocaria uma "espiral inflacionista" cai por terra quando verificamos que a tal espiral já cá está, que é insuportável e empurra cada vez mais camadas da população para uma situação de dificuldade. Uma falácia que se desmonta quando verificamos que o total de custos salariais representa apenas 16% dos custos totais das empresas no nosso país (dados do Banco de Portugal) e que, um aumento de 10% como reivindica a CGTP-IN, mesmo que fosse totalmente transferido para o preço

final dos produtos (e não através de uma reafectação da distribuição da riqueza entre o trabalho e o capital como se exige), teria um impacto de 1,6% nos preços, muito abaixo do aumento da inflação que se tem verificado.

O compromisso do Governo com os interesses do grande capital, com as determinações e imposições que este impõe, desde logo das que emanam da União Europeia, tem como efeito real uma limitação no crescimento económico e como consequência potencial uma nova recessão da economia.

A quebra do consumo privado, como resultado da redução real dos salários e pensões, é a principal causa para a revisão em baixa do crescimento da economia.

Mais uma vez, em nome dos lucros, sacrifica-se a qualidade de vida dos que trabalham e trabalharam e o próprio desenvolvimento do país.

Uma política gasta, que ataca as conquistas da Revolução e se situa nos antipodas dos valores de Abril.

Uma política que exige a mobilização, o esclarecimento e a luta de todos para lhe por fim.



SOMOS FILHOS DA MADRUGADA

Anabela Laranjeira

Neste ano de 2023, a maioria dos que comemoram Abril eram crianças, ou ainda não tinham nascido nessa madrugada de 1974. Somos filhos e netos dela, como nos diz Ze-ca Afonso na sua canção. Muito do que moveu a Revolução foi o desejo de que vivéssemos mais alegres, saudáveis e livres.

Pertence a um cenário do passado a imagem das crianças portuguesas sem sapatos, o trabalho infantil em massa, a má nutrição, a estigmatização e o isolamento das crianças com deficiência, os castigos físicos e o analfabetismo. São imagens que dominam as histórias de infância de muitos dos nossos avós, mas que foram vencidas.

Fundamentais para esta mudança foram a conquista da Escola Pública, a criação do Serviço Nacional de Saúde, as corajosas campanhas de combate ao trabalho infantil e analfabetismo, ao alcoolismo e pela pro-

moção de hábitos saudáveis, pelo desporto e movimento associativo popular. Também as alterações profundas na condição da mulher e da família, com as mudanças legislativas revolucionárias.

Estas transformações levaram à diminuição da obediência à hierarquia conservadora da Igreja, que dominava consciências, alteraram radicalmente costumes e formas de viver da larga maioria da população.

O envolvimento dos homens na criação dos filhos tornou-se uma realidade até aí pouco expressiva. O nascimento de novas tipologias de família, a gravidez fora do casamento e o divórcio naturalizados, as uniões de facto, a contraceção, o casamento e a criação de crianças de forma assumida e livre entre casais do mesmo sexo, transformaram em muito o que eram as anteriores visões e a relação da sociedade com as crianças nascidas nestes contextos.

Sabemos hoje, a título de exemplo, que cerca de 60% das crianças portuguesas nasceram fora dos casamentos. Observa-se a pre-

sença dos homens no momento do parto, no cuidado das crianças em espaços públicos, de forma cada vez mais natural entre as jovens gerações.

Aliada a estas conquistas, permitindo-as ou não de facto, esteve sempre a situação dos salários e direitos laborais.

São reveladores os indicadores da morte materna de que há registo: **115,5 em cada 100 mil mulheres em 1960, em comparação com 2,5 no ano 2000 e 20,1 em 2020**. É o número de crianças do sexo feminino que não tinham sequer a instrução elementar: 39% em 1960 em comparação com 4,1% em 2021. Ou a percentagem de mais de 70% de residências que já nos anos 60 não tinham água canalizada.

Abril trouxe-nos a ideia forte de que a maior riqueza de um país é um povo respeitado nos seus direitos e nunca o oposto. Por isso é necessário olhar com preocupação e perspectiva de mudança a situação actual.

Após o alcance de direitos, num curto período após a Revolução de Abril, seguiram-se décadas de governos do PS, PSD e CDS-PP, com políticas de baixos salários e perda de direitos, relacionados com uma das mais baixas taxas de natalidade do mundo e uma maior desigualdade. Quase 23% das crianças e jovens até aos 18 anos vive em risco de pobreza.

E para uma criança, a pobreza é mais do que a privação de bens materiais, é a falta de acesso à saúde, à educação, à cultura, a uma habitação de qualidade, a uma alimentação saudável. Esta pobreza é exclusão social, e reproduz a falta de esperança, compromete o desenvolvimento do próprio País.

As famílias têm um papel importante, mas o Estado tem responsabilidades próprias de que não pode abrir mão. Temos na nossa Constituição um artigo único, o Artigo 70, que salvaguarda os jovens, atribuindo-lhes “protecção especial”.

Viver o crescimento de um filho implica ter um salário digno, um vínculo permanente, boas condições e bons horários, acesso a habitação, cuidados de saúde, creche, escola, transportes. Hoje, a vida de quem tem crianças é uma corrida contra o tempo, horários tão infernais: horas a mais na escola e nos ecrãs, horas a menos de ar livre e de sono.

Brincar, conversar, criar e participar democraticamente é estruturante no crescimento, e é um direito. Promover os direitos das crianças não é manter os pais a trabalhar aos fins de semana para alimentar os filhos, encurtar os recreios, manter as crianças presas em salas de aula horas a fio, fazer da rua um perigo. As crianças devem estar no espaço comunitário e na natureza, têm o direito à participação na vida do bairro e da aldeia, ao encontro com os vizinhos, com as outras gerações.

Hoje como no passado, é a cada dia mais urgente que quem trabalha com crianças e jovens reivindique condições para exercer bem a sua profissão. Que os trabalhadores lutem pelos seus direitos, pelas 35 horas de trabalho, com a coragem e a determinação que batalhar pela felicidade dos filhos dá. Que as próprias crianças e jovens não se conformem com as injustiças, participem e lutem para ser ouvidos.

Abril continua, como sempre, nas nossas mãos! Tomemos o seu destino!

A GUERRA QUE OS CIDADÃOS EUROPEUS PAGAM

Marques Pinto | Vogal da Direcção

Todos os dias por essa Europa se vão manifestando muitos Cidadãos Europeus contra a manutenção de uma guerra que os atinge a todos economicamente e se vai agravando sem haver qualquer interesse das grandes potencias Mundiais com capacidade interventiva em procurar as tréguas ou no mínimo um cessar-fogo e início de negociações de paz que poupem tantos cidadãos de ambos os lados do conflito à perda de vida, casa e bens.

Curiosamente com tanto jornal e cadeias televisivas a fornecerem a toda a hora imagens de destruição, não se menciona

nem mostram imagens de manifestações pela paz – muitas delas com várias dezenas de milhares de manifestantes – que pelas diversas cidades Europeias da Alemanha, Itália, França, etc. e até da nossa vizinha Espanha onde se apela ao fim da guerra e da destruição de postos de trabalho e carestia de vida que nomeadamente os dos estratos sociais mais desfavorecidos vêm sofrendo há mais de um ano.

Por toda a Europa a inflação vai fazendo os seus estragos e mesmo em Portugal a milhares de Kilómetros do conflito todos vão sentindo a carestia dos alimentos – e os altos lucros que tal tem permitido às grandes cadeias de abastecimento e distribuição – em prejuízo directo do consumidor perante um governo que vai ameaçando



com umas multazitas os distribuidores finais de alimentos.

Para quem queira fazer o seu próprio juízo da situação, acrescento alguns dados que fui colhendo em fontes estrangeiras de confiança:

- Em França os custos em energia aumentaram 23% ao ano
- O gás natural em 2022 foi negociado a 340 Euros por Megawatt-hora em Agosto de 2022 enquanto em 2021 estava rondando os 30 Euros por MWh
- O preço do trigo passou de 180 Euros a tonelada em 2021 para 360 Euros em finais de 2022. Tendo em certa altura atingido mesmo os 460 Euros por Ton.

Na Alemanha e na Itália – dois dos países mais industrializados da Europa – com a falta de fornecimento do barato gás da Rússia tiveram de comprar o LNG (gás liquefeito) aos EUA a 4 (quatro) vezes mais caro do que os EUA fornecem dentro do país aos seus fornecedores, facto que levou o

Ministro Francês da Economia a criticar e exigir que os EUA não aproveitem as sanções que lançaram para prejudicar ainda mais a economia da Europa, onde 41% do gaz consumido em 2022 veio liquefeito dos EUA.

Pois por cá, além da propaganda que se vai fazendo do envio de munições, armamento e agora até viaturas blindadas que vamos oferecer para alimentar a “fogueira” da guerra e irá permitir a curto ou médio prazo mais uns negócios de compra de material novo para substituir o que agora damos.

– Vamos vivendo na quase ignorância dos grandes negócios que os “senhores da guerra” nos vão impondo e tentando ocultar aos pacatos e obedientes cidadãos que vão pagando e sacrificando os seus vencimentos para alimentar interesses duvidosos e estrangeiros pouco claros, como mostram os diversos pedidos de inquérito que vão surgindo no próprio Parlamento Europeu, mas tal como aconteceu com o inquérito da grande negociata da compra das vacinas para o Covid 19, tudo deve acabar escondido do público.



No dia 15 de Fevereiro de 2023, realizámos na Casa do Alentejo, uma sessão de debate sobre a Constituição da República Portuguesa e as propostas de revisão constitucional.

Com a participação de: José Sucena, do Conselho Fiscal da ACR – A CRP de 1976
António Filipe, professor universitário – A 8ª revisão constitucional em curso.
Seguiu-se um debate com intervenções de grande relevo, evidenciando claramente a necessidade de se insistir na promoção de sessões em torno deste tema, alertando para as reais preocupações que suscita mais esta investida contra a CRP de 1976.

No dia 14 de Março de 2023, pelas 18H00, na Casa do Alentejo, teve lugar uma Sessão pública de apresentação da Colectânea das Comemorações do Centenário do nascimento do General Vasco Gonçalves, com a presença da Comissão de Honra das Comemorações.

Intervenções: Baptista Alves – apresentação da Colectânea;
Manuel Begonha – Ponto de situação do projecto de construção do Monumento de homenagem ao General Vasco Gonçalves;
Beatriz Nunes – Apresentação de duas propostas ACR;
Modesto Navarro – Encerramento e conclusões

A sessão foi organizada de forma a que as intervenções iniciais fossem curtas deixando para o debate e intervenção dos presentes a maior parte do tempo disponível. Assim, foi possível acontecer um profícuo debate sobre as duas propostas apresentadas: a primeira um texto a enviar ao Jornal "Nascer do Sol", ao abrigo do direito de resposta, a propósito da publicação de uma entrevista com o PCMLisboa; a segunda, referente à preparação de uma iniciativa visando a "inauguração virtual" do Monumento, sem contudo deixar de continuar a lutar pela sua construção física na cidade de Lisboa.

No próximo dia 21 de Abril, a ACR promove o seu tradicional Jantar comemorativo, na Casa do Alentejo.

Integramos as comissões promotoras das comemorações populares e participaremos em todas as comemorações do 49º Aniversário do 25 de Abril para que formos convidados bem como no 1º de Maio.



Associação Conquistas da Revolução

Defender Abril • Construir o Futuro